ERICK JORGE VIANA DO CARMO

**A IMPORTÂNCIA DA SIMPLIFICAÇÃO DA
LINGUAGEM JURÍDICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Compreensão e Produção de Textos.

Orientadora: Profa. Ms. Rafaella Berto Pucca

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUIS
NÚCLEO DE APOIO SANTA CRUZ
SÃO PAULO - SP
2011**

RESUMO

Com o intuito de analisar a linguagem jurídica comumente empregada nos tribunais, buscar-se-á com este trabalho pesquisar os recursos utilizados pelos profissionais das ciências jurídicas e, a partir daí, tentar visualizar eventuais erros, imprecisões, obscuridades e contradições na redação destes profissionais. Com isso, será demonstrada a importância da simplificação da linguagem jurídica, haja vista ser a comunicação o principal instrumento de trabalho do jurista, que, para expressar o seu ponto de vista e se fazer convincente em seus argumentos, precisa comunicar-se com clareza e precisão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 LINGUAGEM	6
1.1 Elementos da Comunicação	9
1.2 Funções de Linguagem.....	12
1.3 Níveis de Linguagem	13
2 LINGUAGEM JURÍDICA	17
2.1 Linguagem Forense	17
2.2 A Palavra e o Direito	19
2.3 Redação Jurídica	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa que se desenvolverá nas linhas a seguir apresenta como tema a linguagem jurídica. Como se sabe, o homem necessita da vida em comunidade para sobreviver, ou, ao menos para bem viver. Como leciona Paupério (1996), o homem socorre-se à sociedade por um impulso natural, sendo considerado um ser gregário por natureza, por isso, desde Aristóteles, o homem é concebido como um “animal político”.

Daí, a inclinação do ser humano a estabelecer regras e formas de expressá-las para que haja um convívio harmônico entre ele e o seus semelhantes, que formaram uma sociedade. E o objetivo de entender e se fazer entender somente é alcançado com a comunicação entre eles.

Demonstrada, portanto, a importância da comunicação no dia-a-dia dos componentes de uma sociedade minimamente civilizada, com normas de convivência pacífica e que respeitam os direitos de todos. Dignas de menção as palavras do grande e latino poeta Horácio, as quais pregavam que ele não morreria completamente, e a melhor parte do seu ser venceria a morte.

Dessa forma, tal como a comunicação, as regras de convivência são suma importância para o desenvolvimento da sociedade. São, destarte, preciosos instrumentos a serem manejados pela humanidade em prol da evolução humana.

O Direito, então, possui o papel de estabelecer e as normalizar as regras sociais, bem como de pacificar os conflitos aplicando harmonicamente essas regras. E a excelência na aplicação do Direito só será atingida com a excelência na comunicação, evitando distorções, ambiguidades, contradições e obscuridades.

Expostas e delimitadas as linhas do presente trabalho, no capítulo I procurar-se-á expor a estrutura da linguagem, suas funções, seus níveis e seus elementos de comunicação. No trecho seguinte, tem-se como objetivo a análise da linguagem no âmbito jurídico, a redação do operador do Direito e sua importância na aplicação desta ciência, para, ao final, tecerem-se as últimas considerações acerca do tema.

1. LINGUAGEM

No que concerne à linguagem, Orlandi (2003) exorta que a linguagem constitui um importante fator para a evolução da mente, de maneira que exerce sobre o pensamento um trabalho de organização e planejamento. Assim, forçoso admitir as funções sociais e de comunicação da linguagem.

Ainda acerca das funções que possui a linguagem, Orlandi (2003) ensina que a identidade do indivíduo, e, conseqüentemente, a da sociedade em que está inserido, é construída a partir da sua interação social, expressada fundamentalmente pela linguagem.

Pode-se afirmar, portanto, que a linguagem está intrinsecamente ligada ao processo de pensamento de cada indivíduo. Oliveira (1993) corrobora tal entendimento ao preceituar que o homem utiliza *“ferramentas que auxiliam os processos psicológicos da fala, nas ações concretas”*.

Assim, da mesma forma que o homem precisa da sociedade para viver e desenvolver-se, a sociedade necessita da linguagem para existir. Na mesma esteira Orlandi (2002) afirma que *“o ser humano só existe dentro do mundo, e o mundo só existe dentro da linguagem”* (p. 15).

E a linguagem dá-se por diferentes meios, tais como a escrita, a fala, comunicação corporal, o que confere efetividade à comunicação entre os integrantes da sociedade, pois possibilita a troca de informações entre os partícipes de uma

ação comunicativa, bem como facilita o acúmulo de conhecimento e ainda serve como uma forma de estabelecer normas às relações sociais.

Em que pese à inegável equivalência de todas as formas de linguagem, ater-se-á esta obra à análise da linguagem escrita e da falada, as quais incidem de forma quase que unânime no universo jurídico.

A linguagem nada mais é que a exteriorização do pensamento. E, quando se pensa, é-se inteligente, pois há uma atividade de compreensão do que se vê, ou seja, para o processo intelectual tem-se a apreensão da informação.

De outro lado, a razão seria o desenvolvimento do que apreendeu, o que nas palavras de JOLIVET e NASCIMENTO (1995), consiste no momento em que se vai de uma coisa apreendida (conhecida) para outras coisas (desconhecidas). É o raciocínio. Nascimento esclarece, ainda, que a inteligência é o pensamento em repouso; a razão representa o pensamento em movimento.

Importante a divisão acima proposta (inteligência e pensamento), pois ela facilitará a compreensão acerca da divisão dos aspectos da linguagem. Tais aspectos ou formas dividem-na em artística e técnica.

A primeira, conhecida também como expressiva consiste na Literatura, a qual representa a manifestação de uma arte. Assim, na literatura, busca-se emoção, estética etc. Por conseguinte, o que emociona não pode ficar adstrito a normas frias e rígidas, sob pena de se tornar inócuo.

No que concerne à segunda, esta se mostra apta a informar, a convencer, sem emocionar. Busca-se ganhar o destinatário pela razão, pela lógica, e pelo conhecimento, ou apenas informá-lo de algum fato.

Daí a divisão da linguagem em técnica ou informativa. Enquanto esta é utilizada em livros didáticos e enciclopédias, cujo objetivo é propagar o conhecimento sobre determinado assunto, aquela se propõe ao convencimento do seu destinatário.

Destarte, deduz-se que a linguagem jurídica, também alcunhada de forense, tem por escopo o convencimento. Buscando um maior esclarecimento da linguagem técnica, destacam-se, ainda, a oratória sacra e, não raro, a oratória política nesta seara da linguagem persuasiva.

Entretanto, atendo-se à comunicação utilizada no Direito, observa-se que esta se baseia em argumentos e persegue a razão, ou seja, o pensamento em movimento. Há que se compreender a linguagem forense como uma condução do pensamento a uma conclusão lógica, sem erros, e de fácil entendimento.

Tome-se como exemplo o Código de Processo Civil. Em alguns de seus artigos, há um silogismo, ou seja, a disposição de um fato (premissa menor), a norma (premissa maior) e o pedido ou decisão (conclusão).

É o que se verifica no artigo 282, incisos III e IV do supracitado diploma. Dispõe a norma que o cidadão, ao apresentar a sua petição ao Estado-Juiz para que este julgue o seu pedido, deverá, apresentar os fatos ocorridos que deram ensejo à ação (premissa menor), os fundamentos jurídicos que embasaram sua pretensão (premissa maior) e o pedido (conclusão) que decorre da conjugação dos fatos com os fundamentos.

Seguindo o mesmo raciocínio, as presunções também se apresentam na forma de silogismo. Atente-se aos artigos 302 e 343, parágrafo 1º, ambos ainda do Código de Processo Civil. Nestes dispositivos, se a parte em um processo não contestar os fatos alegados pela outra parte, eles se presumirão verdadeiros, conquanto não o sejam.

Ante o exposto, inegável admitir que o estudo da Lógica e da Linguagem Jurídica é essencial para que elas possam atingir o seu principal objetivo, qual seja o de convencer.

Cumprido salientar ainda que sem embargo de se realizarem na mesma língua, a comunicação oral em muito diverge da escrita. Corroboram este pensamento

Damião e Henriques (2004, p. 25), ao afirmarem que a expressão escrita difere, sensivelmente, da oral, muito embora a língua seja a mesma.

Dessa forma, procurar-se-á mostrar agora a estrutura em que se funda a linguagem, através dos elementos de comunicação, funções da linguagem e níveis da linguagem.

1.1 Elementos da Comunicação

Sabido que a escrita forense constitui uma forma de expressão do pensamento, e, logo, uma forma de comunicação, o texto jurídico possui elementos próprio do processo comunicativo.

Dessa forma, apresenta o texto um objeto de comunicação, que constitui a mensagem que se quer enviar, com um conteúdo (referente), que será entregue ao receptor (destinatário da informação) pelo seu emissor (agente propagador da informação) através de um canal, ou meio.

Não se olvide, então, que não há comunicação sem que haja uma relação entre o emissor e o receptor, pois é impossível existir comunicação sem bilateralidade. A comunicação é essencialmente um compartilhamento de informação, ainda que o objetivo seja eminentemente informativo.

Destarte, a comunicação, ao contrário de ser ato solitário, constitui ato solidário, pelo que não se resolve, não se informa, e não se convence alguém se não houver quem emita a mensagem, pois sem o emissor, não há propagação, ou melhor, não há ação.

Por conseguinte, inexistente a possibilidade de se alcançar tais objetivos se não há quem possa receber a mensagem (receptor). A mensagem, assim como o projétil de uma arma, precisa de um alvo para ter sua razão de existir.

Pode-se, inclusive, entender a não-comunicação como comunicação. O ato de não comunicar-se contempla a possibilidade de um não-querer, ou não-poder ou até mesmo não-saber comunicar-se, o que, por si só, já comunica algo.

Superado o entendimento de que a comunicação não pode prescindir do binômio emissor-receptor, necessário saber que o processo comunicatório ainda pressupõe o adequado desempenho das funções de seus elementos, quando ocorrerá em sua plenitude.

Logo, qualquer falha na comunicação atrapalhará o cristalino entendimento da informação que se quer transmitir. Percebe-se que a comunicação constitui um circuito que precisa ser fechado para que funcione adequadamente. Qualquer objeto que atrapalhe o fechamento perfeito desse circuito é denominado ruído, o qual pode ser provocado por parte de qualquer dos elementos da comunicação: emissor, canal, receptor.

Com o fim de sedimentar o entendimento acerca do processo de comunicação, separaram-se alguns exemplos na seara jurídica:

Considere-se uma sessão de julgamento de competência do tribunal júri. Se o juiz não conhecer a língua do acusado estrangeiro e o intérprete estiver ausente, suspender-se-á a sessão, pois há ruído impedindo a comunicação. O mesmo ocorrerá se houver quebra de sigilo entre os jurados, pois há manifesta interferência negativa no sistema de comunicação.

Da mesma forma, considere-se a seguinte situação hipotética em certa projeção cinematográfica, na exibição de um filme falado em inglês (não legendado), a comunicação será plena, parcial ou nula dependendo do domínio do código (inglês) por parte do espectador. O mesmo poderá ocorrer caso o ator fale extremamente rápido.

Por derradeiro, em uma sala de aula a comunicação não ocorrerá, mesmo com o domínio do código, se, por ventura, o referente contiver um conteúdo demasiado complexo.

Após as exposições dos exemplos, depreende-se que para que haja uma perfeita interação comunicativa, o texto veículo da emissão da mensagem deve estar apto a ser compreendido pelos receptores.

Dessa forma, é necessário que o veículo, além de elementos objetivos de clareza na comunicação, deve estar elaborado de forma compatível com as limitações subjetivas do receptor da mensagem que se quer transmitir.

Apresenta-se, agora, um modelo de petição em se procurará apontar os elementos da comunicação:

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito de...

Fulano, brasileiro, solteiro, R.G. nº....., lenhador, residente na Rua A, nº 10, Jardim Pindoia, vem requerer seja expedida ordem de Habeas Corpus a favor de Sicrano pelas razões seguintes:

Asnásio da Silva foi preso no dia 10 do fluente mês, na rua B, n- 20 (Jardim Maçacote), por agentes policiais, constando ter sido conduzido para a Delegacia do 40º Distrito Policial.

A prisão é ilegal, pois não ocorreu em flagrante delito e não houve mandado de prisão.

O auto de prisão em flagrante, além de indevido, é nulo, pois o detido é menor de vinte e um anos e não lhe foi nomeado curador no momento da lavratura do auto.

Os casos em que alguém pode ser preso estão disciplinados na lei e na Constituição. Qualquer prisão fora dos casos legais permite a impetração de Habeas Corpus.

Em face dessa ilegalidade requer digne-se Vossa Excelência conceder-lhe a ordem pedida, expedindo-lhe alvará de soltura.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

No modelo de petição mencionado pode-se observar os seguintes elementos de comunicação:

Emissor - é o autor da mensagem que se procura transmitir. No presente caso, trata-se do autor do requerimento, ou seja, Fulano; ele é o destinador, o produtor, a fonte da mensagem.

Receptor - é o Juiz de Direito; a mensagem lhe é enviada; ele é o destinatário da mensagem enviada pelo emissor.

Mensagem – no requerimento apresentado, a mensagem é o conteúdo que se pretende transmitir; é a coação ilegal consubstanciada na prisão de Sicrano sem que fossem obedecidas as formalidades legais.

Canal - no caso, o canal é a folha, o papel em que se faz o requerimento. O Habeas Corpus pode ser impetrado por telefone ou telegrama; então o canal poderá ser o telefone ou o telegrama. Assim, o canal é o veículo, o instrumento usado para se exprimir a mensagem.

Código - é a linguagem verbal: escrita em língua portuguesa.

Referente – É o ato prisional.

1.2 Funções da Linguagem

Conforme menciona Damiano e Henriques (2004, p. 24), o estudo de Karl Bühler sobre as funções da linguagem, assunto desenvolvido por Roman Jakobson em Linguística e comunicação, aplica-se também ao Direito.

No âmbito jurídico, um acusado, em seu depoimento, serve-se, em geral, de uma linguagem carregada predominantemente de teor subjetivo, permeada de pronomes pessoais e com ênfase à função emotiva.

Ainda na seara forense, existe a função referencial, que consiste em informar o receptor de forma precisa, objetiva, denotativa. Cabe salientar que esta função apresenta grande incidência na redação jurídica.

De outro lado, casos há em que o texto jurídico inclina-se, também, à estética literária, dando valor à sonoridade da comunicação. Nota-se, dessa forma uma preocupação com a colocação dos vocábulos nas orações. Consubstancia-se, então a função poética.

Não se olvide também da função metalinguística, segundo a qual há a explicação de termos e palavras. Noutras palavras, é o uso da linguagem para explicar a própria linguagem, muito comum em dicionários de palavras e expressões.

Acrescente-se também a existência da função conativa, dotada de conteúdo apelativo, persuasório. Trata-se de uma linguagem que expressa da forma mais contundente possível um desejo do emissor. É uma tentativa manifesta de persuadir, de convencer o receptor. Busca-se uma mudança de comportamento, a fim de provocar reações ao destinatário da mensagem.

Importante ressaltar que a função conativa é a função mais usada no âmbito jurídico. Daí dizer-se que o texto jurídico é persuasório por natureza.

Para Xavier (1996, p. 28) a função conativa recebe o nome de diretiva, que se divide em exortativa e autoritária (ou imperativa). Esta é a linguagem típica no discurso jurídico, mormente nas decisões judiciais, tais como ordem de prisão, ordem de cumprimento de decisões, proibições de aproximação, ordens de pagamento e é principalmente encontrada na lei. O citado autor ainda leciona que *“além de comum a lei é, por igual, obrigatória. Ela ordena e não exorta (jubeat non suadeat); também não teoriza. Ninguém se subtrai ao seu tom imperativo e ao seu campo de ação”*(Xavier, 1996, p. 14).

Expostos os elementos da comunicação, necessário mergulhar no conceito do que seja nível de linguagem.

1.3 Níveis de Linguagem

Uma comunicação eficaz só se dará, além de outros requisitos, do uso adequado dos níveis de linguagem. A língua, por código ou sistema que é, abre um leque de incontáveis possibilidades de formas de falas, conforme as circunstâncias que cercam os integrantes da sociedade. Essas diferentes formas utilizadas no dia-a-dia são denominadas variantes linguísticas ou também dialetos.

Os níveis de linguagem, também conhecidos como falas ou registros, são chamados de variações quanto ao uso da linguagem pela mesma pessoa que as utilizam, conforme as diferentes situações que se lhe apresentam na sua vida

cotidiana. Damião e Henriques (2004, p. 26) asseveram a existência de três principais níveis ou registros, quais sejam:

1. Linguagem Culta (variante-padrão): originada do latim, eram conhecidas como *sermo urbanus* ou *sermo eruditas*. É utilizada eminentemente pelas classes sociais mais abastadas e de elevado nível intelectual, principalmente na forma escrita. Oralmente, conquanto menos incidente que na forma escrita, também observa-se o uso da linguagem culta. Consiste no nível de linguagem empregado em meios diplomáticos e científicos, como também em discursos solenes, sermões, diplomas jurídicos e em sessões do Poder Judiciário. Contém um vocabulário rico e observam-se as normas gramaticais com rigidez.

Trata-se da variação comum entre os juristas nas diferentes vertentes do Direito. Não representa a linguagem rebuscada e erudita usada ao tempo do Império, mas com ela guarda certa similitude. Tanto que algumas palavras usadas pelos antigos rábulas, ainda no tempo colonial, continuam o sendo. Tome-se como exemplo vocábulos como *outrossim*, *estribar*, *supedâneo*, *sucedâneo*, *dessarte*, *acoimar*, entre outros.

Cite-se, ainda à guisa de exemplo, consagrados autores jurídicos que não dispensam o uso de certos termos. O inigualável Miguel Reale não abre mão em seus textos de expressões como *incontinenti* e *supedâneo*. Magalhães Noronha, em sua revenciável obra de Direito Penal, por sua vez, parece considerar indissociável de sua redação a palavra *dessarte*. Já Washington Monteiro de Barros, eminente civilista, mostra apego em demasia com o termo *destarte*.

Sem embargo da evolução das expressões idiomáticas e do estilo literário, muitos doutrinadores jurídicos primam por elaborar seus textos da forma mais polida e gramaticalmente correta possível. Há, inclusive, os que se excedem, apesar de serem poucos.

Nascimento (1995, p. 02) leciona que os ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal, mais alta corte jurídica pátria, utilizaram dezenove vezes a expressão "recepção o recurso" em no julgamento do mandado de segurança

impetrado pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Melo contra a Câmara dos Deputados. Tamanha foi o excesso de linguagem que o então Presidente da corte, Sidney Sanches disse: "Agora, para melhorar nossa comunicação com a sociedade, só falta eliminarmos alguns preciosismos da linguagem jurídica".

Registre-se que o Direito é uma Ciência de cunho cultura, ou seja, o seu exercício dá-se em palavras, escritas ou faladas, mas sempre com o uso da língua. Assim, claro está que Direito e linguagem são indissociáveis, desta dependendo aquele. Não raro se depara com operadores do Direito que, no afã do exercício profissional, preocupam-se mais com os incontáveis recursos linguísticos que o Português proporciona, que com os fundamentos jurídicos de sua fala ou escrita. Procuram rebuscar a linguagem e inverter a ordem das orações para conferir um ar erudito à sua redação e, ainda quando citam o direito, parecem torná-lo quase que incompreensível.

Infelizmente, é o que se verifica não só nas petições dos advogados, como também em decisões judiciais, documentos legislativos e em outros documentos oficiais.

Apresenta-se abaixo um texto de Rui Barbosa que expressa com exatidão a linguagem culta:

O trabalho, pois, vos há de bater à porta dia e noite e nunca vos negueis às suas visitas, se quereis honrar vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de vossa natureza, até dardes com os tesouros, que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência.

Ouvistes o aldabrar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem detença. Nem, por vir muito cedo lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer.

O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram, os dias, para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentai, e vereis quanto vai do deitar tarde ao acordar cedo. Sobre a noite o cérebro pende ao sono. Antemanhã, tende a despertar (RUI BARBOSA, 1951, p. 36-37).

2. Linguagem familiar (*sermo usualis*): Consiste em um nível de linguagem dotado de menos rigidez quanto às regras gramaticais se comparado ao anterior. É uma variante usada no cotidiano. É o que se observa nos programas de rádio e Televisão, jornais de comunicação em massa. É empregada tanto na escrita quanto na língua falada.

Muito embora a preocupação com as normas gramaticais seja não seja extrema, percebe-se um relativo respeito àquelas regras. Notam-se também construções próprias da língua falada empregadas na escrita. Não se trata, dessa forma de linguagem apropriada para o ambiente forense.

3 - Linguagem popular: A variante popular é a que menos obedece à gramática. É carregada em gírias e expressões idiomáticas regionais. Imprópria para o ambiente de trabalho.

2. LINGUAGEM JURÍDICA

2.1 Linguagem Forense

Resgatando o que há pouco se falou sobre a linguagem, ela é efeito e condição do pensamento. É efeito na medida em que traduz com palavras e fixa o pensamento; e é condição porquanto mais claro será o pensamento quanto maior for o domínio sobre as palavras.

Pensamento e linguagem progredem, correlativamente: o primeiro, desenvolvendo-se, leva à expressão mais exata e o sinal permite-lhe maior precisão. A linguagem socializa e racionaliza o pensamento. É axiomático, modernamente, que quem pensa bem escreve ou fala bem. Assim cabe ao advogado e ao juiz estudar os processos do pensamento, que são o objeto da Lógica, conjuntamente com a expressão material do pensamento que é a linguagem. Talvez nenhuma arte liberal necessite mais de forma verbal adequada que a advocacia, isto porque o jurista não examina diretamente os fatos, porém fá-lo mediante uma exposição deles, e esta exposição é, necessariamente, textos escritos ou depoimentos falados (NASCIMENTO, 1995, p. 03-04).

Há que se ressaltar quatro qualidades indispensáveis da linguagem literária: a concisão, a clareza, a precisão e a pureza. Tão importante são tais elementos que o legislador brasileiro, tanto no antigo Código de Processo Civil, quanto no atual, exigiu "fatos e fundamentos expostos com precisão e clareza" (art. 159, III do CPC anterior), bem como ordenou que o magistrado verifique "defeitos e irregularidades capazes de dificultar o mérito" (art. 284 CPC vigente). Depreende-se, portanto, que o

respeito às formalidades da língua é um pressuposto para o profissional jurídico. Deve ele primar pela estrita obediência à ortografia e à sintaxe.

Insta salientar que não poucos operadores do Direito tradicionalmente concebem a linguagem jurídica como uma linguagem técnica ou científica (formal), baseando no texto legal. As proposições técnicas, bem como os enunciados e o comum rigorismo formal dos diplomas normativos, decisões jurisprudenciais e doutrina constituem, sem dúvida alguma, técnica.

Trata-se de uma linguagem que transcende o padrão da linguagem comum, haja vista que muitos dos seus termos e expressões são necessariamente técnicos e demandam interpretações próprias pelos bacharéis em Direito. Cite-se, por exemplo expressões tidas como sinônimos no meio social, mas que, possuem significados diversos na seara jurídica.

Enquanto o roubo e o furto são para o homem médio formas idênticas de atos ilícitos, para o Direito, este se caracteriza pela subtração de alguma coisa por meio do agente delituoso (art. 155, CP); Já o roubo é consumado com a subtração da coisa utilizando-se o agente de violência ou grave ameaça à vítima (art. 157, CP). Conseqüentemente, recebem tratamentos diversos pelo legislador no que tange à cominação de penas.

Dessa forma, atinge-se a clareza através do estudo do sentido e da colocação das palavras, bem como da ordem das orações (semântica). Já diziam os habitantes do Lácio que quando um texto é claro, não há a necessidade de interpretá-lo (*in claris interpretato cessat*).

Mais que um simples dizer, constitui o citado pensamento em um verdadeiro princípio da Hermenêutica, a ciência da interpretação. Para que se atinja a precisão, é essencial o conhecimento dos termos e de seu sentido, sua valor na sociedade em que está inserido.

Já a concisão representa, senão a principal, uma das principais qualidades da linguagem forense, sem que possam também ser desrespeitadas as demais. Trata-

se da exposição de forma breve, contundente, certa. E, para se atingir a concisão, é saudável a construção de períodos curtos.

Períodos longos, encrustrados de diversas orações subordinadas, pronomes relativos, conjunções, podem gerar contradições, obscuridades e ambiguidades. Os pontos finais devem-se prestar a separar os trechos do pensamento, pois oferecem uma pausa suficiente para o leitor apreender o que foi dito. É um encerramento de um período e faz receptor da mensagem escrita parar, ainda que por décimos de segundo, para pensar na ideia que se quis compartilhar.

Entretanto, não se deve levar a produção de trechos curtos às últimas consequências, pois não raro vê-se necessário o uso de períodos longos para ligar uma série de ideias. Consequentemente, pode-se usar o ponto e vírgula, que fará as vezes da pausa. "A pureza, não o purismo, resume-se em escrever a língua sem recorrências a palavras ou construções estranhas (NASCIMENTO, 1995, p. 04).

É sabido que aquele que produz textos deve superar as dificuldades que se lhe apresentam, dificuldades estas que não são poucas. É necessário que o produtor de textos selecione a correta palavra ao compartilhar um determinado pensamento; fazer determinadas ligações entre vocábulos, obedecendo à estrutura da frase e à morfologia nas combinações sintáticas. São ações de inegável importância a quem deseja se fazer entender claramente.

Portanto, de vital importância a insaciável perseguição à correta obediência às normas da gramática, a fim de que haja um constante e crescente aperfeiçoamento da linguagem escrita e, mormente, o uso correto das expressões existentes na língua.

2.2 A Palavra e o Direito

Não é demais ressaltar que o Direito é ciência que necessita da palavra. Assim, Xavier aduz que a palavra direito deriva-se do latim vulgar *derectus* (no latim clássico *directus*), particípio passado de *dirigere*, formado de *regere*, com a ideia de

dirigir, conduzir, guiar; com adjetivo justo, correto: como substantivo, justiça, razão.

Conforme exorta Nader (1982, p. 272),

A dependência do Direito positivo à linguagem é tão grande, que se pode dizer que o seu aperfeiçoamento é também um problema de aperfeiçoamento de sua estrutura linguística. Como mediadora entre o poder social e as pessoas, a linguagem dos códigos há de expressar com fidelidade os modelos de comportamento a serem seguidos por seus destinatários. Ela é também um dos fatores que condicionam a eficácia do Direito. Um texto de lei mal redigido não conduz à interpretação uniforme. Distorções de linguagem podem levar igualmente a distorções na aplicação do Direito.

Dessa forma, todo aquele que trabalha com o Direito irá, em algum momento, fazer petições, contestar, apelar, arrazoar, recorrer, perquirir, provar, julgar e, principalmente, convencer.

Por conseguinte, somente alcançará o seu objetivo caso se aprimore e busque recrudescer o seu vocabulário, pois um rico e adequado repertório de vocábulos só é alcançado com muito esforço e muito tempo de trabalho, pesquisa e experiência.

Cumpra observar a diferença que existe em obter o conhecimento essencial para comunicar-se de forma simples e possuir um arcabouço de recursos para estabelecer com precisão os próprios pensamentos no exercício da profissão. O aluno, ainda incipiente nos seus estudos, usa de maneira exaustiva e repetitiva os poucos recursos técnico-linguísticos que se lhe apresentam, muito embora com o tempo, ele se apoderará gradativamente de muitos dos termos técnicos de que dispõe o Direito.

E, muitas vezes, o estudante se assustará com a especificidades do mundo jurídico. Palavras que, para o mundo leigo não há qualquer distinção, possuem distinções gigantescas na seara jurídica, principalmente para a Jurisprudência, tal como se afirmou anteriormente acerca dos institutos “roubo” e “furto”.

No mesmo sentido, diferem entre si palavras como posse, domínio e detenção; decadência e prescrição; preclusão e perempção. São termos que, sem embargo de se assemelharem no sentido, não representam, exatamente, a mesma coisa.

Dessa forma, o vocabulário do operador do Direito tem natureza técnica, pois contém palavras que se restringem ao ambiente jurídico e assumem significados próprios. Plácido e Silva (1973, p. XI) asseveram que “pelo que firmam situações adequadas ou assinalam circunstâncias, que têm título ou ingresso nos diversos regimes legais instituídos”. Portanto, salta aos olhos a necessidade de se utilizarem corretamente e com muito zelo tais expressões técnicas.

Assevere-se, ainda, que

o estudante aprenderá que o advogado perspicaz domina todos os segredos da arte da controvérsia (chamada erística pelos antigos filósofos gregos) e, consoante os interesses postos em jogo, sabe enveredar pêlos descaminhos do sofisma, isto é, o raciocínio especioso que visa a confundir o interlocutor, forçando-o a desdizer-se e, por conseguinte, perder o debate - com a mesma segurança com que se exercita na lógica verdadeira dos fatos. Obviamente, tais expedientes dialéticos pertencem aos mestres, àqueles que sabem que, em certos casos (XAVIER, 1996, p. 11).

Assim, cabe aduzir que o jargão popular “te pego pela palavra”, em Direito, reflete qual o instrumento mais eficaz do jurista. Sempre este profissional, ao exercer o seu ofício, deverá ser muito cauteloso no emprego das suas palavras, a fim de que a sua própria arma não o alveje. Tal cuidado é exigido sobretudo quando houver fundada incerteza quanto à decisão judicial.

Por outro lado, a linguagem profissional jamais deverá se revestir de vocábulos rebuscados que possibilitam a sua compreensão apenas pelos mais experientes e cultos estudiosos do Direito. Inúmeras vezes, nos cartórios dos tribunais, este tecnicismo é recorrente.

Nota-se, em muitas redações forenses, uma maior preocupação em impressionar o receptor da mensagem com o uso de efeitos linguísticos incomuns,

através de um malabarismo de vocábulos, do que convencê-lo utilizando-se da razão, da lógica argumentativa. Em outras palavras, a língua, concebida para ser um meio de exercer a profissão, passa a ser um fim, pois, nesses casos, o que mais importa é mostrar uma erudição, deixando-se o justo, o debate científico em segundo plano.

Ademais, se a língua é um meio utilizado por todos como um democrático código para se fazer entender, é no mínimo contraditório dificultar-lhe a compreensão.

Portanto, se o emprego correto dos vocábulos técnicos se impõe, não se deve, por outro lado, limitar o seu entendimento além do mínimo necessário. A obscuridade e a dificuldade em decodificar o que se está lendo desviam a atenção para a razão, o que é prejudicial ao desenvolvimento de qualquer ciência.

Não se nega, todavia que o uso correto de determinado termo encurta caminhos, economiza tempo e raciocínio, evita discussões secundárias e elimina a dubiedade. Mas é imprescindível que o excesso de técnica não interfira no sentido da argumentação. Com efeito, se assim fosse, os conceitos e termos técnicos não evoluiriam. Estariam até hoje estancados, tal qual quando foram criados. Fortalecem este pensamento fatores como o progresso natural de outras ciências sociais, o que propicia uma alteração na forma de abordagem das principais problemáticas, abrindo novas vertentes à doutrina jurídica no que tange ao vocabulário. Trata-se de um processo de evolução das ciências, pois obriga o operador do Direito a atualizar-se continuamente, não deixando que o valor social do profissional se escoe.

É também notório que o jurista depara-se constantemente com inúmeros vocábulos possêmicos. Consiste a polissemia na pluralidade de significados atribuídos a um só termo. Claro exemplo é a palavra justiça, a qual pode representar a vontade constante de dar a cada um o que é seu, como também, pode significar as normas legalmente previstas, ou, ainda, o todo o conjunto de órgãos destinados à aplicação do Direito ao caso concreto.

Segundo Damiano e Henriques (2004, p. 51), Justiça (do latim *Justitia*) provém de ius, que, por sua vez é oriundo do sânscrito *iu*, cuja ideia expressava proteção, vínculo ou ordem.

Importante salientar que, ainda segundo os autores,

No Direito Romano, o jus não se identificava com a *lex* (lei), mas estendeu-se ao vocábulo direito em português, *diritto* em italiano, *derecho* em espanhol, *droit* em francês e *recht* em alemão, contaminando o sentido da aplicação da lei, porque ela busca o justo, tanto quanto o Direito procura pela Justiça. (DAMIÃO e HENRIQUES, 2004, p. 51)

Consequentemente, redundante a inserção, muito comum em peças processuais, da expressão lídima justiça. Ora, a justiça somente é aplicada quando os direitos são declarados devidamente ao seu titular, valendo-se o Estado para tanto, da punição para quem os desrespeitou. Portanto, se há aplicação da Justiça, sempre ela será lídima (legítima).

Tome-se também como outro exemplo, o vocábulo agravo, no sentido de ofender, atacar. Como decorrência de tal sentido, é cabível desagravo àquele que se achou ofendido, a fim de se reparar a injusta agressão. Já na esteira processual, agravo consiste em uma espécie de recurso, conferido àquele que é parte no processo, contra certas decisões dos juízes que lhe causarem algum prejuízo. Neste último caso, desagravo seria o provimento dado ao recurso pelo tribunal com vistas a afastar a irregularidade da decisão recorrida, retirando do recorrente o prejuízo anteriormente infligido.

Necessário notar que a polissemia ocorre, ainda, com relação à morfologia, ou seja, uma palavra pode assumir diversas funções morfológicas. É o caso do vocábulo “bastante”. Usado como advérbio, ele assume o sentido de “intensidade”, sendo pois invariável. Portanto, como advérbio, a palavra bastante faz as vezes da palavra “muito”, como se observa em “Ele gosta bastante dela”.

De outro lado, quando usado principalmente em instrumentos de mandato, “bastante” assume uma função de adjetivo: “Fulano de tal constitui Sicrano seu

bastante procurador para...”. No caso em tela, trata-se do particípio do verbo “bastar” no presente. Dessa forma, são outorgados aos procurador poderes bastantes (suficientes, necessários) para o cumprimento do mandato.

Insta aduzir, da mesma forma, que a homonímia, mais precisamente a homofonia, também merece acurada observação. Palavras como seção podem conduzir a erros comprometedores.

Conclui-se, então, do exposto que não basta o conhecimento incipiente dos conceitos jurídicos para que se possa expressar o pensamento de forma clara e precisa. Demanda-se do operador do Direito que seja diligente e zele pelas colocações dos vocábulos de forma correta, atentando-se tanto à terminologia jurídica como à ortografia e ao contexto das ideias que se quer expressar.

2.3. Redação Jurídica

Pode soar óbvio demais afirmar que quem pensa bem, bem também escreve, pois pensar e escrever são ações que se ligam intimamente. Contudo, pensar não demanda tanto suor quanto escrever. Com efeito, escrever é, sem dúvida alguma, muito mais complexo, porquanto requer também que o escritor exteriorize com a maior fidelidade possível o seu pensamento; e que domine o assunto abordado e o idioma em que está se expressando.

Camara Jr. (1972, p. 74-75) ensina que a redação é uma “arte de escrever” e não deve constituir uma “prerrogativa dos literatos, senão uma atividade social indispensável, que exige, contudo, preparação especial. Essa arte de escrever, prossegue,

na medida em que se consubstancia a nossa capacidade de expressão do pensar e do sentir, tem de firmar raízes na nossa própria personalidade.” [...] “A arte de falar não é mais do que uma mise-au-point dos predicados obtidos e consolidados no exercício da atividade oral de todos os dias. A arte de escrever precisa assentar, analogamente, numa atividade preliminar já radicada, que parte do ensino escolar e de um hábito de leitura inteligentemente conduzido.

É necessário ter consciência de que um texto bem redigido não é decorrência lógica da aplicação mecânica de regras fixas aplicáveis a qualquer situação. Escrever bem é uma qualidade que se aperfeiçoa de forma relativamente lenta, após moderada carga de repetição.

Dessa forma, não basta o conhecimento puro das regras gramaticais, em que pese ser um indispensável elemento para a boa escrita. Conhecer a gramática não é tudo. Ora, se assim o fosse, invariavelmente os maiores gramáticos seriam os maiores escritores, o que não tem se verificado na história da literatura.

O desenvolvimento de um texto virtuoso é uma arte. Entretanto, para escrever bem, não se requer inspiração artística própria dos gênios. Basta que o indivíduo seja claro, conciso e obedeça às normas da língua. A lapidação da escrita virá com tempo e dedicação. É preciso que o profissional do Direito não esmoreça; que exercite a escrita; e, ainda, que leia textos adequados ao padrão de redação que quiser produzir. Assim, conseguirá superar quase todos os obstáculos. Ao colocar em prática tais lições, pode ser que ele não seja um grande escritor, mas dificilmente será um mau.

No que tange à redação no âmbito forense, cabe uma exortação: por estar subordinada a toda uma sistemática processual, com contornos previamente delimitados - assim como a redação oficial, a cartorária e a comercial - a redação jurídica não goza de plena liberdade poética e literária. Castro Filho (1980, p. 177 - 178) salienta:

Seja no costume de articular ou numerar os períodos, de forma a destacar uns dos outros, seja na adoção de um vocabulário restrito, de ordem técnica, advogados, juizes e membros do Ministério Público, ainda que excelentes escritores e poetas, não utilizam a forma literária, expositiva, senão adotam o pesado estilo do foro, que ninguém, ao que conste, ainda conseguiu reduzir a normas, mas que todos sabemos que existe. Com o advogado, não pode, e não deve, ser diferente. Não está no Pretório para brilhar, ou fazer literatura, senão unicamente para defender o interesse do cliente.

Com isso, vem à tona o art. 156 do diploma processual civil brasileiro que dispõe: “*Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo*”. É

evidente, então, que a Língua Portuguesa, com todas as suas normas, é o único código que deve ser empregado pelos profissionais do Direito. Disso decorre que a que a linguagem empregada deverá se mostrar castiça, isenta de estrangeirismos e tecnicamente precisa e sem qualquer ambiguidade.

Todavia, se houver nos autos qualquer documento em língua estrangeira, será obrigatória a sua transcrição em Português oficial, firmada por meio de tradutor juramentado.

Não é demais salientar que, no ambiente jurídico, há expressões consagradas pela praxe. Mas é dever do jurista escrever tudo de forma objetiva, com clareza e concisão, sem abrir mão da lógica e precisão dos conceitos. Só assim se eliminarão os obstáculos impostos pelos defeitos da comunicação. Xavier (1996, p. 231, com clara sabedoria arremata que a redação jurídica precisa ser correta, enxuta, limpa de exibicionismos e visar um só alvo: a comunicação técnica, imediata e direta.

Não se nega a frieza que a técnica e a preocupação da clareza não raro conferem à redação jurídica dentro do processo. Malgrado o exposto, não deve o advogado despir-se totalmente de seu estilo linguístico - o qual demonstra a sua personalidade - sob pena de produzir um texto que dificulte a leitura por se mostrar demasiado árido.

Portanto, impõe esclarecer que o que se condena são os excessos e rebuscamentos linguísticos aptos a prejudicar a compreensão do leitor. O uso apropriado da palavra é fundamental; E Rosa (1972, p. 06) defende:

Articulando uma inicial; contestando um pedido; arrazoando e sustentando, oralmente, um recurso; minutando um agravo; arguindo uma exceção; manifestando um recurso extraordinário; contrariando um libelo; defendendo, ou acusando no júri; enfim argumentando, peticionando, requerendo, o advogado, no Foro, ou no escritório, tem na linguagem o veículo e o instrumento essencial de seu trabalho.

Nascimento (1995, p. 222-223) comunga do mesmo entendimento e complementa que “*não há advogado sem gramática, visto como a inteligência, ou a*

interpretação de leis, sentenças, acórdãos, contratos, escrituras e testamentos se reduz à análise do texto à luz da gramática”.

Conquanto o exposto, não é o que se encontra atualmente na realidade dos tribunais, em sua grande maioria. Nas volumosas montanhas de papel depositadas nos órgãos judiciários verifica-se uma maioria esmagadora de redações inimigas do que se considera aceitável. São centenas e centenas de páginas com imprecisões terminológicas, incoerência argumentativas, textos confusos, obscuros, contraditórios, e permeados de erros ortográficos. Todas essas afrontas à boa escrita ajudam a morosidade processual; isso, sem falar nos casos em que prejudicam ainda mais os clientes dos causídicos que nada tem a ver com a sua incapacidade profissional.

Alguns cuidados elementares não podem ser olvidados, tais como o adequado tratamento, a tabulação correta e o bom emprego dos sinais de pontuação, sem prejuízo, é claro, da terminologia jurídica certa.

No que concerne ao tratamento, deverá ocorrer sempre na terceira pessoa. Quanto à paragrafação – divisão de parágrafos, ou seções na peça processual – esta deve se dar de forma a separar a ideia central das outras que se lhe relacionarem. Importante também que o texto se estruture basicamente em introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução contém o principal pensamento do pedido ao juiz. O desenvolvimento, por sua vez, é a pormenorização das razões que embasam o pedido; trata-se, em outras palavras de tentar provar a veracidade das razões. Não há normas rígidas que versam sobre formas de divisão de parágrafos, senão uma: o parágrafo deve ser encerrado com o seu fim, ou seja, não se deve desdobrar para o seguinte através de conjunções. Consiste em uma unidade do discurso.

Já a pontuação tem por escopo, na escrita, a reprodução aproximada das pausas que a fala contém. Decorre disso que em um texto de fácil compreensão é necessário o emprego conveniente das marcações de pausas (vírgulas, pontos etc) e

os marcadores de entoação (dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses e travessão).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho, conclui-se que o emprego da linguagem de forma correta no Direito é uma ferramenta indispensável ao pleno exercício do profissional jurídico, pois é através da escrita que se torna possível expressar, provar e enxergar para qual lado deve pender a balança da justiça. Se o sistema jurídico for alheio ao domínio da linguagem, ficará à mercê da incerteza e da injustiça, prejudicando sobremaneira a garantia de que as leis são aplicadas de maneira justa e para todos que a ela estão subjugados. Noutra dizer, o uso correto da linguagem nos tribunais é um dos requisitos para a garantia da segurança jurídica do ordenamento jurídico pátrio.

Isso, porque a palavra, conquanto utilizada corretamente, pode não raro propiciar interpretações distintas, em razão de a linguagem normativa não possuir significados unívocos, como dito anteriormente. Acresçam-se também hipóteses em que o próprio texto legal é publicado com erros gramaticais, além de possuir várias interpretações devido à falta de apego às normas de linguagem.

Dessa forma, fazer-se entender é mais importante do que o próprio falar. Com efeito, de nada adiantar falar se não se pode ser compreendido; se o receptor não consegue absorver o que lhe é entregue por intermédio da palavra. E o Direito possui uma linguagem própria, devendo ser inteligível a todos os cidadãos, uma vez que trata de assuntos atinentes a todos. Assim, o discurso jurídico tem de ser democratizado, pois somente assim a sociedade conseguirá exercer de maneira efetiva a sua cidadania.

Não se pode conceber em uma sociedade alicerçada na igualdade que o Direito seja instrumento de perpetuação do poder, constituindo um discurso monopolizado.

Insta admoestar que o discurso jurídico eivado pela obscuridade relega ao cidadão uma posição de ignorância em relação às situações do seu dia-a-dia; Tal situação impede que o indivíduo exerça os seus direitos de forma plena, pois não haverá escolhas a serem tomadas, uma vez que não há conhecimento das opções existentes. Conseqüentemente, o direito não exercerá a sua função de regular as relações sociais e pacificar de modo satisfatório os conflitos que se lhe apresentarem. E, assevere-se, que o exercício satisfatório de um direito só existe quando há a para o jurisdicionado decisão que limite o menos possível os seus direitos e os de seu adversário.

Resta claro, portanto, que a redação forense comporta expressões típicas que justificam o seu uso, pois representam conceitos determinantes de alguma categoria ou instituto jurídico. Todavia, apesar da impossibilidade de substituição desses termos, pode-se facilitar a compreensão do texto se eles forem dispostos de forma clara.

Necessário se faz também que cada expressão integrante da oratória jurídica seja, ainda que de forma superficial, explicada. A falta deste pequeno detalhe tem sido a causa de algumas das escolhas erradas dos cidadãos. Isso porque o desconhecimento impossibilita que o indivíduo saiba qual seria a melhor escolha ou qual seria a pior, o que o deixa de mãos atadas em face das infinitudes de ocasiões que diariamente tem de enfrentar.

Cumprе observar que esta necessidade atinge não somente as pessoas leigas no Direito, mas também os seus próprios operadores, pois não raro eles também se defrontam com situações constrangedoras em razão da dificuldade de transmissão dos conteúdos jurídicos sobre os quais são consultados. Importante destacar que a mencionada dificuldade é oriunda ainda dos primeiros anos acadêmicos, pois uma intensa carga de brocardos latinos, e repleta de vocábulos do Português Arcaico, é repassada aos estudantes das ciências jurídicas que se

encontram em processo iniciação acadêmica. Isso faz com que tais termos se perpetuem no discurso jurídico e contribuam para a manutenção da obscuridade dos textos jurídicos.

Reforça-se tal entendimento com o argumento de que são pouquíssimas as pessoas que falam latim ou que sequer conheçam efetivamente este idioma. O uso de expressões latinas tem servido também, em muitos casos, como recurso para disfarçar a pobreza de vocabulários ou de conhecimentos jurídicos sobre o tema abordado, pois, a língua portuguesa está aparelhada com um conjunto de palavras apto a expressar toda a terminologia jurídica de forma mais clara do que as arcaicas e obscuras expressões latinas; e ainda há o benefício de a redação jurídica poder se tornar inteligível a um número muito maior de pessoas. Há, ainda, o emprego de termos de difícil compreensão por parte dos advogados como forma de impressionar os seus clientes floreando a sua oratória. Procuram parecer cultos e técnicos à presença da sua clientela. E o fazem ao empregar termos nunca antes vistos por ela.

Conclui-se, portanto, aduzindo-se que não há argumentos sólidos que fundamentem o uso de linguagem extremamente rebuscada no texto jurídico. Pelo contrário, é necessário o emprego de uma linguagem simples, clara e coesa para que se possa fazer entender e para que se demonstre o direito de quem o pleiteia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PAUPÉRIO, A. Machado. **Introdução ao Estudo do Direito**. 3. Ed. Rio de Janeiro : Forense, 1996. p. 17.

CÂMARA JUNIOR, Matoso. **Manual de Expressão Oral e Escrita**. São Paulo: Atlas, 1972.

CASTRO FILHO, José Olympio. **Prática Forense**. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 1980.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 1982.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. **Linguagem Forense**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

OLIVEIRA, **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento: um Processo Sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Fontes, 2002.

PLÁCIDO E SILVA, De. **Vocabulário Jurídico**. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 1973.

ROSA, Elíasar. **Os Erros mais Comuns nas Petições**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no Direito (Linguagem Forense)**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.